

IMPEACHMENT E JOGO DE PODER: UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS NO CAMPO COMUNICACIONAL

AMANDA CAROLINE RODRIGUES BRITO DA COSTA¹

Resumo

Propomos neste artigo avaliar como o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) protagonizado no campo político pode ser avaliado a partir do discurso que perpassa o campo da comunicação mediada. Optamos por analisar a programação apresentada pela revista eletrônica Fantástico no dia 15 de maio de 2016, três dias após a ex-presidente ser afastada do cargo pelo Senado, e se o programa auxilia na manutenção de um poder simbólico. Partiremos de uma análise tendo por metodologia a semiodiscursividade, e se há construção de sentido na apropriação do uso da linguagem pela revista. Pudemos perceber que, quando o programa fala apenas sobre novas conduções econômicas e políticas do governo Temer, e ilustra isso no quadro “dúvidas e esperanças da típica família brasileira”, o Fantástico utiliza-se dos recursos de transação e de transformação para construir um discurso conciliador sobre o contexto político e econômico do Brasil.

Palavras-chave: Campos; Impeachment; Fantástico; Poder.

1. Introdução

Buscamos um diálogo possível entre as teorias estruturalista construtivista de Pierre Bourdieu e a semiodiscursividade de Patrick Charaudeau para avaliar parte dos desdobramentos do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, afastada da presidência pelo Senado no dia 12 de maio e julgada pelo crime de responsabilidade no 31 de agosto de 2016. Trataremos exclusivamente da cobertura que a revista eletrônica Fantástico realizou no dia 15 de maio, três dias após o afastamento de Dilma.

Para isso, propomos identificar como o campo da comunicação opera no tratamento dado à informação, como são determinadas essas concepções semiológicas da enunciação e análise dos acontecimentos políticos bem como seus desdobramentos, e se, enquanto campo de construção social da realidade², o discurso presente no Fantástico corrobora para uma legitimação do poder simbólico.

2. Construção de sentido e produção simbólica no campo da comunicação

O trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu é uma ferramenta propícia quando buscamos

¹ Jornalista diplomada, Mestranda em Comunicação na Universidade Católica de Brasília (PPGCOM/UCB). Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Kieling. E-mail: amanda.rodrigues.ucb@gmail.com

² No livro “A construção social da realidade”, Peter Berger e Thomas Luckmann apontam a linguagem como elemento de conhecimento da vida cotidiana, e que “qualquer tema significativo que abrange assim esferas da realidade pode ser definido como um símbolo, e a maneira linguística pela qual se realiza esta transcendência pode ser chamada de linguagem simbólica. [...] Assim a linguagem constrói campos semânticos ou zonas de significação linguisticamente circunscritas”. (BERGER E LUCKMANN, 2012, p. 59)

compreender as relações de poder que operam dentro das instituições sociais. A atenção que o autor dá as práticas socialmente estabelecidas, direciona para uma análise nas estruturas que regem essa lógica, e aponta para sistemas simbólicos como produtores e operacionalizadores da realidade social, que recai em uma relação entre dominantes e dominados.

Não há como dissociar a sociedade das lógicas que a organizam, como o exercício da atividade política, as demandas da organização pública, ou a condução econômica em jogo. Esses fatores proporcionaram condições imperativas a todo desenvolvimento político no Brasil, instituído no Legislativo e que culminou no afastamento da ex-presidente Dilma (PT). Antes mesmo de adentrar ao universo da produção simbólica, é necessário tratarmos alguns conceitos-chave norteadores da teoria bourdieusiana.

Ao explicar a origem da teoria dos campos, Bourdieu aponta para uma estrutura nas relações objetivas e as interações entre diferentes universos. O autor se baseou na hipótese de que existem homologias³ estruturais e funcionais aplicáveis entre todos os campos. Assim, os campos se definem pelos objetos de disputas, e são constituídos por agentes dispostos a disputar esses objetos. Eles determinam espaços da vida social que são relativamente autônomos a outros espaços. (BOURDIEU, 1989, p 69)

Sendo o campo um espaço de lutas por agentes que ocupam determinadas posições dentro do seu campo, pelo capital que está em jogo e seu ganho, o *habitus* aparece como o lado ativo do conhecimento prático compartilhado neste espaço.

Ao tratar o conceito de *habitus* como “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações” (BOURDIEU, 1992, p. 40), Bourdieu rompe com o paradigma estruturalista – em que o agente é reduzido a um suporte da estrutura –, pois coloca no ponto central do processo as capacidades e os interesses individuais do agente, operando entre as condições objetivas e as estruturas subjetivas da prática social.

O *habitus* deve ser entendido como um princípio operador que integra todas as experiências anteriores, e funciona como uma matriz referencial, suficientemente flexível, impetrando um princípio gerador que possibilita improvisações reguladas. “O *habitus* completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas”. (Idem, p. 41).

Constituindo o *habitus* uma matriz referencial, porém, flexível, ele pode ser adaptado aos interesses dos agentes do campo que nele opera. Destarte, podemos inferir que o *habitus* no universo de análise do processo de impeachment esteve presente na operacionalização e o rito que regeu esta prática, tendo por fundamentos a Constituição Federal, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e a lei de crime de responsabilidade, entre outras normativas aplicáveis ao caso, no qual a presidente

3 Homologia em seu termo etimológico deriva da palavra homólogo: semelhantes; É um termo com maior incidência na Biologia, para tratar de semelhanças na estrutura de origem, em organismos diferentes. Bourdieu se apropria da palavra homologia, para designar traços estruturalmente semelhantes em diferentes campos.

foi julgada.

É o *habitus* que interioriza estruturas exteriores, quando a representação do pedido advém de juristas externos ao campo político, e exteriorizam os sistemas para gerar um resultado que extrapola o domínio do legislativo, vide que as consequências do afastamento de um presidente eleito no sistema de participação eleitoral democrática repercute mudanças em todo âmbito social.

Fica ainda mais evidente sua adaptabilidade pelos agentes na disputa simbólica que este processo protagonizou, quando, a própria lei de responsabilidade fiscal, na qual a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi julgada, ajusta interpretações entre acusação e defesa, mas não evidencia com clareza a existência ou não de efetivo crime de responsabilidade. Demonstra-se que as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações subjetivas do poder simbólico.

Assim sendo, compreendemos que no interior de um determinado campo, sendo o *habitus* o seu *modus operandi*, o que está em jogo nas disputas intercampi é a legitimação e o reconhecimento do capital simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido. (BOURDIEU, 1990, p. 163). Segundo Bourdieu, a lógica que opera nos universos de produção simbólica estruturam determinada realidade e estabelecem um sentido homogêneo de mundo. Estes universos atuam como estruturas estruturadas⁴ e estruturas estruturantes⁵.

O discurso da informação, presente em todo o campo jornalístico, - em especial em um programa como o Fantástico sendo ele um meio de comunicação, informação e entretenimento -, funciona como uma estrutura estruturada nas lógicas descritas. Este não se consolida nas formas simbólicas - formas culturalmente acolhidas -, mas sim como um objeto simbólico, isto é, um mecanismo de formação e operação discursiva. Ele contribui para um sentido objetivo do poder político, sendo portanto uma forma de dominação.

Bourdieu (1989) aponta que esse poder simbólico transita imperceptível nas relações sociais e no espaço público. Operando em determinados sistemas estruturados e estruturantes, sendo assim, “um poder invisível, que não se deixa transparecer, e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Destaca-se que enquanto campo de produção simbólica, o campo da comunicação utiliza-se do recurso da linguagem para se colocar em relação ao outro, através da discursivização da realidade

4 Podemos defini-los a partir da religião, mito, arte, língua, que atuam como estruturas estruturantes frente ao conhecimento de construção de mundo como formas sociais predeterminadas. Há uma etnia, uma língua, uma nacionalidade, uma matriz referencial religiosa que antes do nascimento estão predeterminadas. Assim sendo, existe um consenso relativo a objetividade do sentido do mundo, reproduzido nas instituições culturais e familiares que se define pela concordância das subjetividades. Destacamos ainda que esse consenso não se impõe através de uma análise relacional do sujeito a sua realidade, pelo contrário, são símbolos capilarizados em todo âmbito social. Sendo eles símbolos de integração e pertencimento, permanecem inexoráveis à própria consciência de funcionamento e sentido imediato do mundo.

5 Já os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas são mais passíveis de uma análise estrutural, por serem os objetos de manifestação dessas formas simbólicas instituídas. Estes sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento, só exercem um poder estruturante porque são estruturados.

objetivada. Neste caso, não há uma fidelização aos fatos ou as fontes, principalmente quando abordamos como objeto de análise o processo de impeachment, já que este acarreta diversos interesses intersubjetivos ao seu desenvolvimento.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Essa função exercida pela informação enquanto instrumento de acesso ao conhecimento do mundo, que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Esse poder simbólico enquanto poder ideológico que interpela a realidade objetiva do mundo nas tomadas de decisões presentes no campo político, está presente na significação dos discursos nos veículos de comunicação. Cada um com sua tomada de posição ideológica, direciona ao seus leitores um recorte peculiar da análise das operações políticas no setor público.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, a reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1989, p. 69)

O poder simbólico cumpre uma função política de “domesticação” das classes, que estão em constante luta para manutenção da reprodução ideológica e da legitimação deste poder. Nessa premissa, o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes.

Sendo o campo comunicacional um campo de reprodução ideológica, a semiotização do mundo se realiza nos processos de transação e transformação. Charaudeau apresenta que é o processo de transação que comanda o processo de transformação, assim a “finalidade do homem, ao falar, não é a de recortar, descrever, estruturar o mundo; ele fala, em princípio, para se colocar em relação ao outro, porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada de consciência da existência do outro.” (CHARAUDEAU, 2015, p. 42).

As matérias e reportagens enquanto instrumentos de construção de sentido, de representação dos acontecimentos narrados, desempenha esse papel de transação ao se colocar em relação ao outro, em como o outro compreenderia todo o desenrolar dos acontecimentos no campo político e o jogo de poder que subscreve o processo de impeachment.

O principal campo em que são travadas essas disputas é o campo do poder, formado pelos campos social, político e econômico. Notadamente esses campos foram os principais figurantes do processo de impeachment. O campo do poder tornou-se nos anos 2015-2016 um espetáculo de delações, acordos, alianças, rompimentos e oposições protagonizadas pelos poderes executivos e legislativos.

O campo jurídico também esteve presente para regulamentar os processos no que tange à direitos, defesas e investigações dos personagens envolvidos nos esquemas de corrupção, e também,

com a participação do presidente do STF Ricardo Lewandowski presidindo a sessão de julgamento da ex-presidente.

O campo midiático atuou proporcionando informações procedentes dos demais campos, agindo como o operador central para transferir a informação das deliberações políticas, jurídicas e contextuais sobre as mudanças que o impeachment acarretaria no contexto social. É a partir dessa premissa que propomos avaliar como este campo determina a construção do discurso relativo ao processo de impeachment, utilizando unicamente a matéria sobre a “típica família brasileira” da revista eletrônica Fantástico no dia 15 de maio de 2016.

2.1. O discurso da informação e seus lugares de funcionamento

Ao abordar em seu livro *Discurso das Mídias*, o linguista Patrick Charaudeau (2015) propõe uma análise peculiar ao que podemos chamar de discurso da informação. Essa construção informativa não parte apenas do valor da comunicação enquanto representação do mundo, mas por interesses e lógicas que operam no interior de sua produção, denominada de máquina midiática. São estas a econômica, tecnológica e simbólica.

Os lugares de funcionamento e construção de sentido que compõem a máquina midiática funcionam em uma relação de trocas entre a produção e a recepção, tendo o produto como consequência do efeito produzido. “Assim o sentido resultante do ato comunicativo depende da relação de intencionalidade que se instaura entre essas duas instâncias.” (CHARAUDEAU, 2015, p. 24). Estes, variam de acordo com o lugar das condições, da construção, suas práticas e seus retornos.

Ao tratar a informação como discurso, Charaudeau aponta que ele resulta da combinação do uso da língua, das circunstâncias na qual é anunciado e a maneira pela qual se fala. “É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido”. (*Ibidem*, p. 40). Essa percepção comporta um de seus termos mais caros enquanto teórico, a proposição de uma análise do discurso com fundamento na semiolinguística.

Semio deriva da compreensão de que a construção de sentido e sua configuração se fazem através da relação entre forma-sentido, sob o projeto de um indivíduo intencional frente a uma intencionalidade de influência social em determinada situação. Já a linguística para destacar que a matéria que dá forma a essa construção de sentido são as formas verbais, da língua natural. “Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-pragmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens.” (*In* PAULIUKONIS, M. A. L e GAVAZZI, S. 2005, p. 11). A mecânica de construção para a semiotização do mundo apontada por Charaudeau ocorre a partir da realização do duplo processo, de transformação e de transação.

O processo de transformação, consiste em “transformar o ‘mundo a significar’ em um ‘mundo significado’, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41). Essas categorias são as formas, qualificações e nomi-

nações que identificam os seres do mundo, e descrevem as ações, narrando e argumentando suas propriedades. O jornalismo se insere aqui pela responsabilidade do ato de informar, pois descreve, reporta e explica os fatos e acontecimentos do cotidiano. Este processo atua sob quatro lógicas operacionais:

- A *identificação*, pois é necessário apreender no mundo fenomênico os seres materiais ou ideais, reais ou imaginários, conceitualizá-los e nomeá-los para que se possa falar deles. Os seres do mundo são transformados em “identidades nominais”.
- A *qualificação*, pois estes seres têm propriedades, características que, a um só tempo, os discriminam, os especificam e motivam sua maneira de ser. Os seres do mundo são transformados em “identidades descritivas”.
- A *ação*, pois estes seres agem ou sofrem a ação, inscrevendo-se em esquemas de ação conceitualizados que lhes conferem uma razão de ser, *ao fazer* alguma coisa. Os seres do mundo são transformados em “identidades narrativas”.
- A *causação*, pois estes seres, com suas qualidades, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos (humanos ou não humanos) que os inscrevem numa cadeia de causalidade. A sucessão dos fatos do mundo é transformada (explicada) em “relações de causalidade”. (In PAULIUKONIS, M. A. L e GAVAZZI, S. 2005, p. 12).

Já o processo de transação consiste em um ato de linguagem para o sujeito que o produz, “em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, interesses, etc.” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

Ou seja, é no processo de transação que se define os efeitos a serem produzidos, a relação e o tipo de regulação que se pretende estreitar com o outro, no caso do conteúdo jornalístico, com seus receptores. Este processo se realiza por meio de quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação.

O princípio da alteridade compreende que todo ato de linguagem acontece pela troca entre dois parceiros, que necessitam do reconhecimento como semelhantes e diferentes. Semelhantes pois necessitam de um universo de referência para a realização da troca, e diferentes por suas singularidades, onde um é sujeito emissor e outro receptor do ato de linguagem. Assim pois é necessário que haja o reconhecimento do outro para a legitimação desse processo. “Este princípio é o fundamento do aspecto *contratual* de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíproca dos parceiros entre si.” (In PAULIUKONIS, M. A. L e GAVAZZI, S. 2005, p. 12).

No princípio de pertinência, os parceiros devem reconhecer os universos de referência no qual o objeto se insere. Isto é, eles “devem compartilhar (mas não necessariamente adotar) os saberes implicados no ato de linguagem em questão: saberes sobre o mundo, sobre os valores psicológicos e sociais, comportamentos, etc.” (*Idem*, 2005). Deste modo o ato de linguagem deve estar adaptada ao seu contexto e à sua finalidade.

O princípio de influência parte da premissa que todo ato de linguagem visa atingir o parceiro para fazê-lo agir, se emocionar, ou o orientar. Do mesmo modo que todo interpretante sabe que é alvo de influência. “Isto confere a este último a possibilidade de interagir, mas obriga os parceiros a levar em consideração a existência de restrições ao exercício da influência.” (*Ibidem*, 2005).

E o último, princípio de regulação faz parte daquilo que os parceiros sabem a respeito do ato de linguagem. Para que haja troca ao ato, evitando todo e qualquer tipo de confronto os parceiros recorrem a regulação do jogo de influências. “Para isso, eles recorrem a estratégias no interior de um quadro situacional que assegure uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva.” (*Ibidem*, 2005). Tanto o princípio de influência quanto o de regulação estão inscritos no dispositivo socio-lingueiro.

O processo aplicado ao discurso informativo passa de um mundo à ser descrito, comentado, desvendado, para o mundo descrito, tendo por base a informação como instância de produção desse conhecimento. Nessa premissa o processo de transação, entre instância de produção à instância de recepção, a partir da transformação de mundo a significar por mundo significado, corrobora para determinada produção simbólica que Bourdieu nos informa. Usaremos na nossa análise as definições que comportam esses processos, para identificarmos nas chamadas e matérias presentes nesta edição, a construção do sentido feita pelo programa.

3. Análise e resultados

Analisaremos apenas 1 dos 23 quadros apresentados pelo programa Fantástico no Domingo dia 15/05/15. Durante 1h43min do total da programação, 5 quadros que tratavam da mudança de governo após o afastamento da ex-presidente ocuparam 46min36seg do programa. São eles:

- i. Típica família brasileira revela suas aspirações, dúvidas e esperanças;
- ii. Henrique Meireles fala sobre inflação, emprego, previdência e salário mínimo;
- iii. Família Temer faz festa, no Líbano, com chegada do primo ao poder;
- iv. Entrevista com o (na época) presidente interino Michel Temer (PSDB);
- v. Manifestantes fazem ‘panelaço’ contra temer em várias capitais do país.

A escolha deu-se pela necessidade em apreender o sentido que o discurso do Fantástico apresentou especificamente na semana de afastamento de Dilma. Optamos por analisar apenas um dos quadros apresentados, pelo apelo do veículo ao criar uma identificação entre o sujeito falante e o sujeito receptor destinatário, à partir da opinião da “típica família brasileira” para as demais famílias brasileiras. Com base nos processos de transformação e transação e suas operações, avaliaremos a construção de sentido no discurso do programa.

Para tanto, é necessário situar os principais elementos no contexto político, econômico e social e relacioná-los às teorias propostas. Não há como dissociar o conflito presente na luta no interior dos campos, que variam do capital simbólico em jogo e a posição dos agentes neste espaço. Bourdieu parte da premissa de que toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes

condições econômicas e sociais da própria divisão do trabalho político.

3.1 Retrospectiva dos acontecimentos que precederam o impeachment

O capital em disputa desde as eleições presidenciais era a mudança das políticas socioeconômicas e diplomáticas do país. Prescrevendo uma possível crise interna, economistas, empresários e diversos setores da sociedade apontaram erros nas políticas de condução da economia brasileira e o maquiamento dos dados reais da economia brasileira. Isso refletiu nas próprias propostas de governo de cada um dos candidatos à presidência.

Na tentativa de manter a força política, o governo eleito prosseguiu com alianças partidárias, sendo o PMDB o partido de maior peso na coalisão. Após a eleição da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), os partidos da base governista receberam pastas ministeriais, e o presidente do PMDB Michel Temer, manteve-se na vice-presidência. A eleição do Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB) à presidência da Câmara dos Deputados em janeiro de 2015, com apoio de parte da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), foi fator preponderante para mudança no cenário político brasileiro.

O nome do deputado Eduardo Cunha (PMDB) há tempos era cogitado como um dos nomes favoritos do PMDB, que ao mesmo tempo carregava consigo grande apoio e grande oposição. Cunha era conhecido pela sua capacidade de articulação política, e sua ampla experiência e influência em setores chaves da política brasileira, dotado de grande capital simbólico no campo político.

A controvérsia em relação ao seu nome, surgira dos setores progressistas que se opunham aos notados posicionamentos políticos do deputado, considerados conservadores do ponto de vista das liberdades civis (união homoafetiva, aborto, divórcio, redução da maioridade penal) e liberais no que concerne às políticas econômicas (terceirização, reforma da previdência, redução da máquina pública, privatização, reforma da CLT, inserção do capital estrangeiro, flexibilização das regras proibitivas de aquisição de terras por estrangeiros).

Logo após sua ascensão à presidência da Câmara dos Deputados, houve uma modificação profunda na linha política ideológica na condução dos trabalhos da casa. Cunha, com o apoio das bancadas ruralista, evangélica, entre outras, encabeçou a votação de diversas pautas consideradas conservadoras, que estavam paralisadas na casa há mais de uma década, a exemplo da terceirização e da redução da maioridade penal.

No dia 17 de julho de 2015, após conflitos em decorrência do encaminhamento de pautas contrárias aos interesses do governo eleito, Cunha declara a independência da Câmara em relação ao planalto, e se assume como oposição política ao governo Dilma⁶. Uma nova reviravolta no jogo político foi desencadeada. O então presidente Eduardo Cunha foi acusado pela Procuradoria Geral da República (PGR) de receber propinas relacionadas ao esquema de corrupção na Petrobras investigado pela Operação Lava Jato, e o Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu a denúncia e abriu um inquérito para investigá-lo.

⁶ 'Sou oposição ao governo', diz Eduardo Cunha após ser citado por delator. Folha, 2015.

Um possível acordo entre representantes do Governo no Conselho de Ética da Câmara, que daria abertura ao processo de cassação do mandato do deputado foi proposto⁷. Como o acordo não aconteceu, e os deputados do PT que compunham o Conselho anunciaram votar pela cassação do presidente, no mesmo dia, Cunha deflagrou um dos pedidos de impeachment da presidente. A representação do pedido veio dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.⁸

Durante esse período, a sociedade civil organizada, os movimentos pró-impeachment e movimentos à favor da Democracia (contra-impeachment) tomaram as ruas de todo país. É certo que a participação social contribuiu para o cenário que estava posto, assim como os discursos de grupos que se intitulavam “contra o golpe” se fortaleciam para barrar o afastamento da ex-presidente Dilma, o discurso de que o país precisava “retomar as rédeas econômicas” e que vivíamos a maior “crise institucional” da história ganhava ainda mais força.

Esse recorte no discurso da oposição ao governo, que aponta para as “pedaladas fiscais” como o argumento plausível da cassação do mandato da ex-presidente, remete a definição de Bourdieu em que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, e que essas opiniões dependem do acesso desses grupos aos instrumentos que estão disponíveis.

Isto quer dizer que, o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este espaço finito dos discursos suscetíveis de serem produzidos ou reproduzidos no limite da problemática política como espaço de tomadas de posição, efetivamente realizadas no interior do campo, ou seja, sociologicamente possíveis dadas as normas de ingresso a este universo.

A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por conseguinte, política, lhe assegura. (BOURDIEU, 1971, p. 165)

Com isso, a intenção política se constitui pelo estado do jogo político no qual está inserido. O local em onde esse discurso nasce, como ele repercutiu entre grupos da sociedade civil *pró-impeachment*, os principais veículos de comunicação comprando essa pauta de “clamor social” e principalmente nas deliberações de “pautas bombas” aprovadas pela Câmara dos Deputados em 2015, ratificam toda a lógica do processo. Quando as instituições que constituem estruturas de poder atuam frente ao capital simbólico em jogo, o discurso pode ser dito servindo à um determinado propósito.

Em Bourdieu “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (1989, p. 15). Apesar de ser réu em um processo de investigação no STF, Eduardo Cunha manteve-se no poder da presidência, o principal agente desse

7 Cunha negocia com governo, e oposição vê impeachment perder força. Folha, 2015.

8 Cunha acata abertura de pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. Folha, 2015.

processo, ainda sem um reconhecimento moral de idoneidade, ele permaneceu como agente encarregado do ritual de afastamento da ex-presidente.

A construção de sentido que esteve presente no Fantástico não contemplou o processo que afastou a ex-presidenta Dilma, nem a atuação de Cunha como marco primário ao julgamento do crime de responsabilidade. Eles optaram por tratar as informações ocorridas durante toda aquela semana, voltada apenas a projeções futuras, com ares de esperança e melhora, pressupondo a opinião dos brasileiros sobre o que queriam “ver” e “ouvir”, e condiz com a semiótica discursiva quando:

Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação. E isso também é verdade para o discurso da informação. O sujeito informador, capturado nas malhas do processo de transação, só pode construir sua informação em função dos dados específicos da situação de troca. (CHARAUDEAU, 2015, p. 42).

Se buscarmos em Traquina (2008) como a teoria estruturalista analisa os valores-notícia que regem a prática da construção da notícia, veremos que ela envolve a apresentação do objeto ao seu público, de modo compreensível e de identificação. Assim “Os “mapas de significado” incorporam e refletem os valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são mobilizados no processo de tornar um acontecimento inteligível”. (TRAQUINA, 2005, p. 177)

3.2 Resultados da análise a partir dos processos de transformação e de transação

Compreendemos esta leitura quando voltamos a análise do quadro “Típica família brasileira revela suas aspirações, dúvidas e esperanças”, com duração de 4 minutos e 18 segundos de reportagem no primeiro bloco do programa Fantástico.

Quadro analisado:

1) Típica família brasileira revela suas aspirações, dúvidas e esperanças;

Processo de Transformação		Processo de Transação	
Identificação	Os Rodrigues; Moram em um município do Rio de Janeiro;	Princípio de alteridade	Típica família Brasileira;
Qualificação	Casal com 2 filhos; renda mensal entre 2.800,00 R\$	Princípio de pertinência	Foram atingidos pela crise econômica;
Ação	Saíram de colégio particular para público; O Anderson era vendedor há 2 anos e ganhava 4x mais;	Princípio de influência	A perda do emprego do pai, a queda de quatro vezes o valor da renda familiar; a mudança entre fazer compra no mercado para comprar cesta básica.
Causação	Como a maioria, sentiram efeito da crise econômica;	Princípio de regulação	Dissenso entre as trocas linguageiras entre esposa, marido e filha.

Dentro das lógicas que guiam nossa análise, podemos perceber no processo de transformação que há uma identificação, a família dos “Rodrigues”, conceituando e nomeando-os para que possamos falar sobre eles. Uma família comum, como qualquer outra família brasileira que mora em área urbana.

A qualificação que dá a estes personagens uma identidade descritiva, quando “Segundo o IBGE, os Rodrigues estão no estereótipo da típica família brasileira por serem casal com dois filhos, e renda média mensal de 2.800,00 reais.” corrobora para essa proposta de identificação apresentada acima.

A ação está presente quando esta família é afetada diretamente pela crise econômica. Isto obriga os pais a transferirem seus filhos de escola particular para uma escola pública, que a propósito, está em greve durante a gravação do programa.

A causação segundo a narrativa televisiva esteve na qualificação apresentada quando, entre as relações de causalidade provocadas pelas crises política e econômica, estes agentes “como a maioria dos brasileiros, sentiram o efeito da crise econômica”.

Sendo o processo de transação o que rege esse processo de transformação, os universos de saberes compartilhados, motivações comuns, foram mobilizados nesta narrativa para determinar um princípio de alteridade entre o sujeito emissor-produtor para o sujeito receptor-interpretante. O princípio de pertinência é evocado quando os saberes sobre o mundo e os valores psicológicos e sociais da mudança do governo busca uma assertividade com as preocupações da sociedade como um todo, e para isso, a revista recorre a ilustração de uma família comum, como tantas outras famílias brasileiras que sofreram com as conduções econômicas do antigo governo.

Essa leitura conduz ao terceiro princípio, o da influência, que apela para a orientação do pensamento do sujeito receptor-interpretante, afetando-o emocionalmente, quando a matéria mostra a queda de quatro vezes o valor do orçamento familiar, e as adaptações que esta família sofreu para manter sua subsistência. As mudanças afetaram inclusive, a forma como essa família passou a se alimentar, quando antes a mãe ia ao mercado para fazer compras, e hoje ela vai para comprar uma cesta básica.

Por último, a análise apela para o princípio da regulação que está ligado ao princípio de influência, quando o quadro assegura uma intercompreensão entre a própria família, já que não há consenso quanto a melhora na qualidade de vida com a troca de governo. Esse princípio sendo parte daquilo que os parceiros sabem do ato de linguagem que participam, há um debate sobre a expectativa na melhora ou não da crise econômica desenhada em todo o quadro.

4. Conclusão

Pudemos perceber que questões fundamentais do processo de impeachment não foram tratados na edição dominical três dias após ao afastamento da ex-presidente Dilma pelo Senado Federal, tais como seus fundamentos, pontos de vista a favor e contrários ao impedimento, entre outros.

O quadro da família Rodrigues serviu como matéria de abertura da edição do domingo no dia 15, e ao contrário de narrar todos os acontecimentos que precederam ao afastamento, o veículo optou apenas por “olhar para a frente”. Tratou de pautas sobre mudanças que ocorreriam com o governo Temer, as conduções econômicas necessárias para “frear” a crise que o país vivia. Também realizaram uma entrevista com o novo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, para explicar ao povo brasileiro quais recursos e prioridades o governo utilizaria nesta retomada econômica.

O Fantástico disponibilizou ainda 23 minutos de sua grade para fazer uma entrevista com o (na época) presidente Interino Michel Temer (PMDB), sobre os “desafios” que o governo Temer enfrentaria para administrar as contas públicas. Até a festividade da família Temer no Líbano foi retratada pelo programa com a chegada do primo ao poder, sendo que, durante 6 anos ele esteve na vice-presidência do Brasil.

Pudemos perceber também que, apesar do ritual do impeachment ser legitimado pelo seu procedimento, isto é, o cumprimento dos critérios formais previstos na Constituição e em lei, esse parece prescindir da efetiva existência de crime de responsabilidade, parecendo caminhar para uma intenção ainda mais subjetiva de mudança estratégica de governo e aliança entre os poderes executivo e legislativo. Isto porque durante a entrevista, o que o novo Presidente diz que pretende fazer em seu novo governo, é buscar a unidade do povo brasileiro, as alianças políticas para que o país pudesse sair da crise.

O discurso presente no campo político refletiu no campo comunicacional, principalmente quando após a mudança de governo, o programa opta por não rememorar todo o processo de afastamento, mas assim como os agentes da oposição ao governo Dilma, olhar para o futuro e tentar vislumbrar possibilidades de melhora. A retrospectiva do governo Dilma com suas atuações positivas e negativas, proporcionados ao país durante cinco anos e meio de gestão foram totalmente ignorados em sua grade de programação.

Confirmamos a compreensão da teoria proposta nesta análise quando o poder simbólico é o reflexo da luta simbólica entre as classes, e ele se evidencia na proposta da cobertura da revista eletrônica ao colocar uma típica família comum para representar a média nacional da família brasileira em suas atitudes, implicações e esperanças.

Assim entendemos que o poder que opera nos campos sociais é um objeto de luta no campo político, luta pela manutenção, tomada e legitimação de mudanças entre os agentes que integram esta disputa. Luta na relação entre dominantes e dominados pela construção de um poder simbólico que perpassa a tela da família brasileira, e neste caso, por um discurso de alteridade para a legitimação do ato comunicativo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. – São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 1992.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa, PT: Fim de século, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso”, In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. 2005, consulté le 27 juillet 2016 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications.

Fantástico. **Típica família brasileira revela suas aspirações, dúvidas e esperanças**. Disponível em: < <http://goo.gl/q8wCSw>> Acesso em: 12 de setembro. 2016.

_____. **Henrique Meireles fala sobre inflação, emprego, previdência e salário mínimo**. Disponível em: < <http://goo.gl/uj1NYm>> Acesso em: 12 de setembro. 2016.

_____. **Família Temer faz festa, no Líbano, com chegada do primo ao poder**. Disponível em: < <http://goo.gl/Upxn47>> Acesso em: 12 de setembro. 2016.

_____. **Michel Temer diz que vai demitir ministro que cometer ‘irregularidade’**. Disponível em: < <http://goo.gl/9x2orO>> Acesso em: 12 de setembro. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2005.